



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública para discutir a “Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, realizada no dia 24 de outubro de 2016, na cidade de Ubatuba/SP.

Realizou-se no dia 24 de outubro de 2016, às 17 horas, no Auditório do Campus Ubatuba da UNITAU – Universidade de Taubaté, nº 392, Itaguá, Ubatuba/SP, audiência pública sobre a “Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, realizada no dia 24 de outubro de 2016, na cidade de Ubatuba/SP. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo **Germano Seara Filho** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ricardo Salles, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Juan Blanco Prada, Secretário de Meio Ambiente de Ubatuba; Lucas Conejero, Secretário de Comunicação Social de Ubatuba; Carolina Lima, Secretária de Pesca e Abastecimento de Ubatuba –, dos representantes do Poder Legislativo – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Reginaldo Fábio de Matos, Vereador pelo Município de Ubatuba –, do Ministério Público Federal – na pessoa das Ilustríssimas Senhoras Procuradoras da República, Dra. Maria Capucci e Dra. Valkíria Imamura Picoli –, do Ministério Público Estadual – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Promotor Público do Estado de São Paulo, Dr. Tadeu Badaró –, das entidades da sociedade civil – nas pessoas das Ilustríssimas Senhoras Luci Souza, representante da AMFORT – Associação do Bairro da Fortaleza, de Ubatuba; Gláucia Marton, representante da comunidade de Vila Itamanbuca, de Ubatuba; Ana Carolina Barboza, representante do Fórum Comunidades Tradicionais, de Ubatuba; Tatiana Santiago de Oliveira, da Associação da Praia do Perez e Oeste, de Ubatuba; Patrícia Ortiz, representante da Associação Cunhambebe, de Ubatuba; e dos Ilustríssimos Senhores Luiz Fernando, presidente da Riviera Lázaro, de Ubatuba; Dimas Ferreira, representante da Associação dos Moradores da Praia do Turuba; Carlos Alberto Gomes e Ulisses Miguez, representantes do Polo Produtivo de Ubatuba; Naides Alves de Lima, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ubatuba; Isnaldo Alves Pereira, representante da Associação de Bairro Vila Rolim, de Ubatuba; Alexandre Gaspar, representante da Associação Quilombo Caçandoca, de Ubatuba; Santana Moreira da Silva, representante da Associação Maricultura e Pesca, de Ubatuba; Neide Antunes de Sá, da ONG Novo Horizonte; Márcia Sista, da AMAFS – Associação de Moradores e Amigos de Folha Seca; Caio Marco Antonio, representante da ASSU – Associação Socioambientalista “Somos Ubatuba”; Leila Lopes de Almeida, professora e representante da Escola Áurea Moreira Ranchou, de Ubatuba; Eduardo Ferreira da Silva, representante da Associação Maria José Jesus, de Ubatuba; Rildo de Souza, líder comunitário da Associação de Amigos da Praia de Ubatumirim; Vicente de Paula Correia, representante da Associação Amigos da Praia do Félix, de Ubatuba; Alexandre Eiji Catutani, representante da Associação Paulista de Pesca Submarina; Sergio Bínzel, representante da Associação das Empresas Náuticas – ANUBA; Dilson Manoel Nascimento, representante da Associação dos Bairros Itamambuca e Pedreira, de Ubatuba; Jorge Alves Junior, representante da Coordenação Nacional Caiçara, de Ubatuba; e Jerri Eduardo Moraes, representante da Colônia de Pescadores Z-10 –, do Poder Judiciário, dos órgãos públicos, da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, dos COMDEMAS, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que compareceram a essa audiência pública sobre a “Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente”. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de

Página 1 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre o documento. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que apenas assim lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse naquela hora. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, por um representante da área responsável pela elaboração da proposta em discussão, no caso o coordenador do projeto, Eduardo Trani, coordenador da CPLA, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA eventualmente presentes à audiência, na ocasião a conselheira e assessora da CPLA, Lúcia Bastos Ribeiro de Sena, e o conselheiro Beto Francini, representante da bancada ambientalista, a quem convidou para também tomar assento à Mesa Diretora dos Trabalhos. Passou-se então à apresentação do projeto. **Eduardo Trani**, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, havendo saudado os presentes, ressaltou o importante papel desempenhado pelos técnicos do Sistema Ambiental Paulista e pelas municipalidades diretamente envolvidas na concretização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte. Destacou ter sido distribuído informe didático e resumido do mapa de Ubatuba contemplando todas as zonas e que contém uma série de perguntas e respectivas respostas, que tem por objetivo esclarecer, de forma didática, as dúvidas que incidem na maioria da população sobre o trabalho. Apresentou-se como porta voz de um grupo muito grande de pessoas que se dedicando a esse trabalho ao longo dos últimos seis anos. Em seguida, apresentou breve histórico do projeto – discorreu acerca de sua relevância, abordando a evolução histórica do processo de discussão de que resultou o documento atual; ressaltou que o ZEE existe em atendimento às prementes demandas e como resultado das diretivas impostas pela Política Nacional de Meio Ambiente e esboçado na Lei Estadual 10.019/98. Abordou alguns dos principais aspectos relacionados com a elaboração da proposta, tais como a questão relativa à conservação da mata atlântica, a dinâmica de ocupação do território e suas implicações nos planos demográfico e econômico e o modo como foram levados em conta no projeto os planos de manejo nas áreas de conservação e a agricultura familiar praticada na região. Lecionou acerca de cada zona concebida no

Página 2 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ZEE, exaurindo suas particularidades e especificidades, principalmente em relação à Ubatuba. Alertou para os prazos de recebimento de contribuições ao zoneamento, e antecipou as etapas seguintes em sua tramitação, estabelecendo, em cronograma aproximado, dezembro próximo como prazo limite para a apreciação do documento pelo CONSEMA e, escoimado de eventuais imperfeições e aprimorado naquilo que couber, encaminhamento ao Palácio do Governo. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado de São Paulo. **Tadeu Badaró**, promotor público do GAEMA-Litoral Norte, havendo saudado aos integrantes da Mesa Diretora dos Trabalhos, começou por manifestar sua preocupação com a ausência de políticas ambientais efetivas e aptas a fazer frente às grandes questões ambientais que se colocam, muitas das quais já eram sinalizadas décadas atrás, como a questão hídrica. Baseado em estudo de sua própria lavra, antecipou alguns dos desdobramentos, vários deles catastróficos, que possivelmente resultarão da omissão estatal no contexto em discussão. Alertou para o aumento contínuo da demanda por água potável, de complexo equacionamento; para a necessidade de se substituir a matriz energética, ainda essencialmente baseada nos combustíveis fósseis, por energia “limpa”; para a urgência em se ampliar a área florestada do Estado; para o alijamento da sociedade civil acerca do processo de discussão do gerenciamento costeiro. Teceu críticas à capacidade e interesse dos órgãos públicos ambientais na elaboração e implementação, em tempo hábil e nos parâmetros de qualidade esperados, das medidas requeridas ao bom atendimento e adequada gestão das solicitações que emergem da seara ambiental, especulando se não haveria, acima do interesse público, interesses políticos dos governantes em dirigir o atendimento ou não dessas questões tão somente em obediência a suas conveniências pessoais. Lançando mão de analogia extraída ao âmbito da navegação marítima, comparou a gestão estatal da temática ambiental a uma nau que, desnordeada, se dirige a um abismo. O **Secretário-Executivo do CONSEMA** declarou que a procuradora da República **Maria Capucci**, inscrita para fazer uso da palavra naquele momento, declinou da prerrogativa de manifestar-se, havendo cedido o tempo que lhe cabia ao promotor Tadeu Badaró, que acabara de se manifestar. Observou, entretanto que, muito embora tomasse a liberalidade de abrir exceção à norma regimental, evidenciado que não traria prejuízo à audiência, o regimento interno do CONSEMA não autorizava que se extrapolasse o tempo nele previsto para as manifestações, possibilitando, contudo que os oradores se inscrevam conjuntamente, cedendo seus respectivos tempos a apenas um dentre eles. **Valkíria Imamura Picoli**, também procuradora da República, suscitou questão de ordem respeitante à utilização do tempo residual em que lhe cabia manifestar-se. Defendeu que, mesmo havendo cedido seu tempo ao promotor público Tadeu Badaró, este não fizera uso integral dos correspondentes minutos, e pleiteou lhe fosse devolvida a minutagem remanescente, para efeito de intervenções pontuais. Destarte, o pleito logrou apenas parcial acolhimento pelo **presidente da Mesa Diretora dos Trabalhos**, que deferiu a utilização de referido tempo não, contudo de forma fragmentária, em manifestações pontuais, mas apenas num único momento, este que ora se apresentava, sob pena de descumprir-se o rito regimentalmente previsto para as audiências, restando prejudicado seu regular andamento. Alternativamente, requereu a **procuradora da República** lhe fosse concedida a prerrogativa de inscrever-se para fazer uso da palavra noutro momento, pleito sem óbices deferido. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes da sociedade civil. **Luci Souza**, representante da AMFORT – Associação do Bairro da Fortaleza, de Ubatuba, questionou, em obediência a decisão lavrada em reunião da assembleia de associados, o enquadramento do Bairro de Fortaleza na categoria Z4, e ponderou que o bairro merece o mesmo tratamento e enquadramento dados a outros bairros da Enseada de Fortaleza, da qual o que representa é o último. Chamou a atenção dos presentes à situação precária em que vivem os moradores da área em questão, deficiente inclusive na infraestrutura de fornecimento de água e abrangência da rede de esgotos. Relatou que o bairro, acessado por meio de estreita estrada, tem sofrido muito com o recente adensamento populacional, que se deu desacompanhado de uma infraestrutura que lhe fizesse frente de modo adequado, gerando não poucos problemas. Denunciou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que a população que representa não foi consultada acerca da proposta em debate por ocasião da audiência pública realizada em Caraguatatuba, e que aquela fora a primeira vez em que lhe era dada a oportunidade de manifestar-se. Observou que bairros vizinhos foram categorizados como Z4 OD, o que torna difícil entender o porquê da classificação conferida ao Bairro da Fortaleza, ressaltando sua integral dependência das nascentes que brotam dos morros e dos riachos. A propósito da atividade turística, motor da economia local, comentou as singulares características da fauna e flora locais, extremamente ricas e ainda preservadas, mencionando que até mesmo onças pintadas são vistas com frequência no perímetro. Por tais razões defendeu a recategorização do bairro, importante medida para se evitar o turismo predatório na região. **Luiz Fernando**, presidente da Associação Riviera Lázaro, de Ubatuba, manifestou-se contrariamente à expansão de áreas de comércio, e especialmente na área náutica do Bairro do Lázaro. Para tanto, defendeu a criação de categoria de zoneamento Z4OD na área em questão, assim como a criação de uma zona habitável para a comunidade caiçara. Sobre determinada área privada, incrustada no perímetro, declarou que havia consenso em que era possível admitir-se fosse nela implantado um loteamento de baixo custo para as famílias caiçaras da região. **Gláucia Marton**, representante da comunidade de Vila Itamambuca, de Ubatuba, esclareceu que reunião recente sobre o mesmo empreendimento, realizada em sua residência e a portas abertas, decidiu-se pela revisão do recorte de Vila Itamambuca, condensada em documento depois protocolizado junto à prefeitura local. Narrou que acabara de receber outro documento, este acompanhado de abaixo-assinado, cuja procedência desconhecia e que fora protocolizado junto à CPLA. Avaliou não ter havido consenso entre os moradores do bairro, e ofereceu esclarecimentos sobre o trâmite da discussão e encaminhamento das propostas, requerendo ao final fosse mantido o zoneamento Z2, a 500m da entrada de Vila Itamambuca e por área vegetada correspondente a 30.000m². **Ana Carolina Lima**, representante do Fórum de Comunidades Tradicionais de Ubatuba, que inclui as comunidades tradicionais indígenas e caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, informou, falando particularmente em nome da população de Canto do Iriri e de Ubatumirim, que era porta-voz de proposta, corroborada por assinaturas dos moradores da região em questão, para que fosse o Canto do Iriri mantido na categoria Z2, uma vez que, conforme entendia, a classificação como Z4 não era em nenhum aspecto adequada à realidade local, premissa sobre a qual discorreu com farta argumentação, percorrendo em breve digressão o processo que redundou na proposta trazida à audiência. **Tatiana Santiago Oliveira**, da Associação da Praia do Perez e Oeste, de Ubatuba, procedeu à leitura de texto que resume as razões pelas quais defende seja a área em questão categorizada como Z3. Discorreu ainda sobre as dificuldades que os habitantes encontram com infraestrutura básica, destacando a ausência de uma adequada coleta e destinação dos resíduos, a falta de atendimento médico, mesmo emergencial, a ausência de atendimento por rede elétrica, a precária manutenção das trilhas. **Patrícia Ortiz**, representante da Associação Cunhambebe, de Ubatuba, declarou fazer suas as palavras antes proferidas pelo promotor Tadeu Badaró e por Gláucia Marton. Declarou que o coletivo das entidades ambientalistas de Ubatuba iria protocolizar em até cinco dias propostas de alteração no saneamento do município, a partir de aspectos técnicos e à luz do conflito entre interesse público e privado, e lamentou a ausência de uma proximidade maior entre gestores e população nas reuniões destinadas a discutir o zoneamento. **Dimas Ferreira**, representante da Associação dos Moradores da Praia do Turuba, em Ubatuba, destacou as peculiaridades que tornam o bairro que representa importante ponto turístico do município, pontuou que a maioria dos moradores da região apoia que o zoneamento a classifique como V2. Observou que a falta de fiscalização é importante óbice à eficaz implantação do zoneamento, e requereu fosse empenhado esforço das autoridades no sentido de se aprimorar o gerenciamento costeiro proposto. Argumentou que existem importantes aspectos a considerar com atenção – os danos à camada de ozônio, a redução na disponibilidade de água ao redor de todo o planeta, a urbanização sem planejamento e destruição das áreas vegetadas e extinção da biodiversidade que ela acolhe, entre outros, e exigiu do Governo e do município exercesse um papel

Página 4 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mais ativo na fiscalização em Ubatuba. **Carlos Alberto Gomes**, representante do Polo Produtivo de Ubatuba, suscitou a necessidade de se dar prioritária atenção à geração de vagas de emprego. Para tanto, defendeu que o zoneamento da área deve, a partir de uma categorização que valorize a preservação agroflorestal, buscar o fomento do ecoturismo, importante motor econômico da região. Comentou, ainda a propósito do tema da geração de empregos, que o município conta hoje com mais de vinte mil beneficiários da bolsa-família, e que o caminho por excelência para retomada do nível de empregos era de fato o incremento ao ecoturismo. Abordou a necessidade de compatibilização do zoneamento proposto com a legislação em vigor para conferir efetividade ao gerenciamento costeiro do Litoral Norte, apontando em que aspectos seriam indispensáveis à adequação da norma. Por fim, avaliou fundamental que o projeto em discussão contemple ainda, além do ecoturismo, atividades agrícolas como a silvicultura. **Naides Alves de Lima**, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ubatuba, reiterou tudo quanto dissera o orador que a precedeu, e de modo particular naquilo que tange à urgência em se priorizar a redução dos dependentes do Programa Bolsa Família, ou, em outras palavras, de se gerar empregos. Questionou como é prevista a categorização dos produtores rurais, considerando as diversas mudanças que ao longo do tempo sofreu a disciplina do zoneamento, e lembrou que o sindicato está protocolizando listagem completa dos produtores da região e o pedido correspondente. **Isnaldo Alves Pereira**, representante da Associação do Bairro Vila Rolim, de Ubatuba, manifestou preocupação com o zoneamento do bairro em que vive face à ocupação irregular e ocorrência de danos ambientais. **Alexandre Gaspar**, representante da Associação Quilombo Caçandoca, de Ubatuba, declarou que a prioridade da associação que representa é a defesa do Quilombo de Caçandoca, e que para tanto é necessário que se desenvolvam projetos junto à comunidade local visando a preservação ambiental, e de forma sustentável promover a geração de vagas de emprego e o progresso econômico da região, em prol do qual defendeu que a região receba, no zoneamento a categorização Z3. **Santana Moreira da Silva**, da Associação de Maricultura e Pesca de Ubatuba, deplorou a situação de miserabilidade em que se encontra o município e alertou para os riscos da expansão imobiliária, nada obstante registrasse que não se opunha em absoluto ao progresso. Queixou-se da falta de saneamento básico ao longo de toda a cidade, a poluição marinha e a redução dos peixes, com graves consequências para a pesca artesanal, e manifestou sua indignação com a postura governista que, reconhecendo esses graves problemas de há muito diagnosticados, nenhum investimento direciona à sua solução. Alertou para a precariedade da rede elétrica e o péssimo estado das rodovias, que anualmente registram um sem número de acidentes graves, e propôs a implantação de um aeroporto internacional no município. **Neide Antunes de Sá**, representante da ONG Novo Horizonte, iniciou protestando pelo modo como se organizara a fila para inscrição para uso da palavra, o que em seu entendimento parecia cercear seu direito ao uso da palavra. Manifestou-se, outrossim, contrariamente à categorização que o zoneamento dava ao território que representa, classificação esta que o situa como Z3, e defendeu que nenhuma porção da área em questão seja assim categorizada na proposta em discussão. Advertiu que tal classificação fomentaria a especulação imobiliária do município, produzindo indelévels danos ao patrimônio cultural e de identidade locais. **Márcia Sísila**, representante da AMAFS-Associação de Moradores e Amigos de Folha Seca, tendo corroborado com as manifestações de quantos a antecederam no uso da palavra, enfatizou a necessidade de se alinhar a postura desenvolvimentista que o tempo exige ao respeito ao meio ambiente, mormente numa região em que o patrimônio natural merece notável destaque. Propugnou pela implantação de programas de educação ambiental e pelo aporte de investimentos em projetos de preservação ambiental. Observou que os recursos para tanto necessários devem advir da iniciativa privada, neste momento, mais apta que o Estado para realizar esses investimentos, destacadamente no âmbito do ecoturismo e da agricultura sustentável. Propôs em seguida parâmetros a nortear o zoneamento da região, estabelecendo os usos em conformidade com as características de cada região, e sempre orientados pela premissa do desenvolvimento sustentável. Ao final, conclamou à união das partes diretamente interessadas pela

Página 5 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

consecução dos objetivos comuns. **Caio Marco Antonio**, representante da Associação Socioambientalista Ubatuba, declarou haver participado do grupo setorial que instituiu o último zoneamento, em 2004, e que desde então nenhum plano de ação foi levado a efeito. Preveniu acerca dos problemas decorrentes de um desordenado adensamento populacional, dentre os quais merece destaque a questão do saneamento básico, e fez votos de que os empreendedores com atuação na região possam adequadamente ocupar as áreas para tanto destinadas, sempre em benefício do município como um todo. **Leila Lopes de Almeida**, professora na Escola Áurea Moreira Rachou, situada no Bairro de Maranduba, em Ubatuba, elencou os problemas ambientais que atingem a região, vários deles crimes ambientais, face aos quais inexistente qualquer amparo judicial, e propôs a implantação de programas de educação ambiental, de modo particular no que diz respeito à poluição das praias, e de revegetação, de modo especial com o plantio de espécies nativas. **Eduardo Ferreira da Silva**, representante da Associação Vila Maria José Jesus, de Ubatuba, discorreu sobre as prioridades a serem atendidas com o novo zoneamento, enfatizou a importância de um adequado programa de educação ambiental e conclamou a população local a assumir a responsabilidade pelos destinos do município, sem, portanto interferências alienígenas. **Rildo de Souza**, líder comunitário da Associação de Amigos da Praia de Ubatumirim, na esteira do pronunciamento de Santana Moreira da Silva, defendeu a manutenção da cultura e modo de vida dos caiçaras, habitantes originários daquela região. Suscitou ainda a questão relacionada à disputa acerca do terreno da escola do bairro, à urgência em se promover adequação da rede elétrica na região e à finalização da implantação de determinada via pública, judicialmente objeto de disputas. **Vicente de Paula Correia**, representante da Associação Amigos da Praia do Felix, de Ubatuba, havendo narrado resumidamente sua trajetória pessoal ao longo da vida, queixou-se de aspectos conjunturais da vida daqueles que dependem da pesca, opinou sobre questões atinentes à política pública. **Ulisses Miguez**, representante do Polo Produtivo de Ubatuba, contabilizou os ganhos ambientais aferidos nas últimas décadas e posicionou-se acerca do zoneamento da região do Rio Escuro, defendendo a necessidade de se proceder a um estudo técnico extremamente detalhado se se tem em vista autorizar a ampliação da ocupação de determinadas áreas no perímetro do município, sempre com estrito respeito ao meio ambiente local. **Sérgio Bindel**, representante da Associação das Empresas Náuticas – ANUBA, confessou ressentir-se da falta de uma maior participação de populares das diversas comunidades locais na audiência pública, propugnou pela busca da melhor segurança jurídica para os empreendimentos instalados e pela contínua persecução de aprimoramento no plano da legislação ambiental. Mencionou o resultado de reuniões celebradas com representantes da CETESB, discorreu sobre a relevância da categoria que representa e do interesse que ela ostenta em atuar de modo absolutamente regular e em conformidade com a lei, declarou seu posicionamento alinhado com o daqueles que buscam com energia a preservação do Bioma Mata Atlântica, alertou para a importância de se manter a continuidade no processo de geração de empregos em curso, bem como da qualidade dos profissionais que irão atuar, destacadamente nos ramos do turismo e da gastronomia, e avaliou que os problemas centrais enfrentados pelo município dizem respeito à falta de saneamento básico e à questão da coleta e destinação do lixo. **Dilson Manoel Nascimento**, representante da Associação do Bairro Itamambuca – Pedreira, em Ubatuba, resumiu em breves palavras a história da região que representa, ponderando que, muito embora apoiasse as iniciativas preservacionistas, entendia que não se devia desfazer o que já se havia feito, nem tampouco refrear as iniciativas da construção civil e fechar as portas a novos empreendimentos. Falou da importância desse setor na geração de vagas de emprego, e argumentou que era, sim, possível conciliar atividades de cunho comercial com outras, de caráter turístico. **Jorge Alves Júnior**, da Coordenação Nacional Caiçara de Ubatuba, disse que participou da Agência Pública de Gerenciamento Costeiro, há 14 anos, e por essa razão pode ver o que avançou e o que não avançou. Como primeiro ponto, acredita ser importante que cada presente saiba da responsabilidade que tem nas mãos hoje, pois o futuro do município e do nosso litoral está em jogo, e daqui vão surgir os direcionamentos para que tudo vá de interesse com o que cada um

Página 6 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

colocou ao longo da audiência. Em primeiro disse colocaria uma questão que já havia levantado em outra reunião enquanto representante da Coordenação Nacional Caiçara questionou sobre o destino das comunidades quilombolas e indígenas que não aparecem nos mapas. Afirmou que se tem um mapa que não representa a realidade, pois comunidades como Camborim e Piçinguaba e Sertão da Fazenda que também não estão aparecendo. Portanto, questionou o que será feito para dar voz a essas pessoas, pois elas não escolheram estarem na área de um parque que foi instituído, no passado, sem que fossem consultadas. Os paraísos dos Caiçaras, ao longo da Costa Brasileira, foram palcos de muita disputa, principalmente por agentes externos que se utilizaram da fragilidade do Caiçara e do jeito simples que possuem para receber os visitantes em suas casas e levar para cozinha para tomar café, e dessa forma muitos territórios tradicionais, ao longo das belas praias do litoral foram tomados. Foram instituídos loteamento, em áreas de propriedade dos caiçaras, ao longo do litoral. E hoje vivemos uma situação, em Ubatuba, que a ocupação como está hoje, sabemos que Ubatuba tem uma quantidade pequena de área disponível para essa ocupação, isso gera alguns atritos. A especulação imobiliária ocorre, vem ocorrendo, no Brasil todo, porém as responsabilidades pelo o que ocorreu e vem ocorrendo de errado, em relação a ocupação, tem que ser avaliado. Questionou sobre o que acontece com a mão de obra que vem para trabalhar no município e depois é desassistida, e de quem é o problema. Afirmou que o direito de agricultura e da pesca tem que ser observado em todo esse gerenciamento. Os pescadores artesanais carregam nas costas o peso de exercer suas atividades e serem autuados, por praticarem sua atividade tradicional, enquanto a pesca industrial faz atuação tirando o estoque pesqueiro dos Caiçaras. Mais especificamente, disse que gostaria que ficasse claro no zoneamento a garantia aos direitos tradicionais dos povos, ou seja, o direito a pesca, a agricultura, à vida e ao respeito a sua cultura, que há séculos se estabelece na região. Todos têm o orgulho e a felicidade da cidade de Ubatuba ser uma cidade de Caiçara e tudo que existe de recurso natural, primeiro deve-se a Deus, quem Criou e segundo ao Caiçara que soube utilizar o que tem no céu, o que tem no mar, o que tem na mata, e isso tem que ser levado em consideração. Agradeceu o papel das doutoras Valquíria, Maria Capucci e Maria Elisa que atuam muito na questão ambiental e a todos aqueles que reforçam a condição diferenciada dos povos tradicionais perante a lei, não só estadual, federal, mas também das leis internacionais, que tem que ser observadas. Com relação ao Ubatumirim disse que respeita os nobres colegas da praia, que escolheram o que é melhor para eles. Afirmou não discordar, e que a democracia tem que existir. Porém, onde é a área do loteamento, disse entender que o formato Z4 OD, traz a condição, de que ali se repita, como em outros lugares da cidade, uma ocupação que não traria benefícios para toda a região. **Jerri Eduardo Moraes**, da colônia de Pescadores Z-10, disse ser pescador profissional, nascido e criado dentro de Ubatumirim. Que destacaria alguns pontos previstos na lei. A pesca existe, ela é federal e o zoneamento estaria se opondo a uma lei federal. Lembrou que, atualmente, se fala muito da pesca, mas que para exercê-la há necessidade de se obter a carteira de pesca, caso contrário a pesca é proibida, e, sem tê-la o pescador vira um bandido, situação que parece uma brincadeira. Lembrou que a pesca depende da preservação do mar, do saneamento básico, que não se tem. Destacou que estão acabando com os rios, todos os rios estão contaminados. Discorreu sobre os critérios que acabam por limitar a pesca artesanal e a sobreposição de regras que existem em diferentes leis que incidem sobre a atividade. Portanto, afirmou que qualquer lei que se sobrepõe à outra, deve ser estudada. Afirmou que os pescadores não querem que a pesca industrial trabalhe em suas áreas, e para tanto, o pescador profissional tem que ser escutado. Relembrou que a lei da pesca fala preconiza que se considera pesca artesanal até o limite de 20 AP. Relatou a discussão que existe, desde 1967, quanto ao estabelecimento de limites para a pesca e os seus instrumentos. Rogou para que a lei existente e o pescador sejam respeitados. Informou que naquele dia, a Confederação Estadual e a Federal haviam entrado com uma ação na Promotoria Pública Federal para que as carteiras para habilitação dos pescadores sejam liberadas. Passou-se para a etapa na qual se manifestam as pessoas que falam em seu próprio nome. **Jurandir Cesário do Prado**, do Quilombo

Página 7 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

da Caçandoca, reivindicou que sua comunidade seja classificada como Z2. Confirmou que Ubatuba, apesar de no passado ser chamada de Ubachuva não é mais e sofre com problema de falta de água, de estiagem, inclusive a comunidade na qual vive. Para piorar afirmou que a água da comunidade é roubada e solicitou que a CETESB proceda a fiscalização. Destacou que o Pulso não pode ser classificado como Z4 OD, pois seus moradores serão prejudicados, apesar de dizerem o contrário. Além disso, afirmou que o Quilombo da Caçandoca não é um condomínio, um loteamento, e sim uma área pública. Disse que aos seus moradores é impedido o acesso à praia e que são marginalizados dentro da própria comunidade. Afirmou que o Pulso é território do Quilombo e disso as comunidades tradicionais não abririam a mão. Disse que Caçandoca é apenas um nome, o território é gigantesco, com 890 hectares, no qual se localiza o Saco da Raposa da onde teriam nascidos seus pais e seus avós, cuja classificação atual é Z3. Relatou que o Saco das Raposas, o Saco das Bananas, tem seu território disputado, e que corre sobre isso um processo jurídico. **José Alberto Soares Mandacaru**, conhecido como Josildo disse ser morador do Félix sobre o qual passaria a falar, mas com a intenção de proteger toda a costa norte de Ubatuba. Ressaltou o fato de que as comunidades da Praia do Félix, não foram chamadas a participar da elaboração da proposta e, portanto, não puderam se manifestar sobre a mesma durante a sua discussão. Afirmo que incentivar o aumento da urbanização na costa norte de Ubatuba descaracterizará a sua paisagem natural preservada e sobrecarregará a capacidade de se ofertar serviços públicos essenciais como saneamento, coleta de lixo, abastecimento de água e fiscalização dos códigos de posturas, entre outros problemas. Destacou ser a costa norte um dos poucos trechos do Litoral Norte onde a diversidade dos ecossistemas associados a Mata Atlântica são encontrados em bom estado de conservação, desde a linha da praia até o alto da serra, propiciando paisagens naturais e de alto valor ecológico e turístico. Ao considerar essas questões, apontou que a proposta de zoneamento ecológico de forma geral deveria preservar a linha preservacionista de uso de solo dessa região, no entanto, a proposta de zoneamento da Praia do Félix, como mostrada nos mapas, caminha para uma direção oposta ao que deveria ser, por ampliar a permissão de expansão urbana, em uma praia já submetida a uma pressão superior a uma capacidade de suporte. Explicou que, por ser um local onde a Serra mais se aproxima do Mar, a Praia do Félix tem uma área muito restrita, de relevo favorável à ocupação. No entanto, observou que tais áreas possuem encostas muito íngremes, com elevado grau de instabilidade e riscos de escorregamentos, que já ocorreram em anos anteriores. Lembrou que a região do Félix, especialmente na área abaixo da rodovia, possuiu no abastecimento de água uma questão crítica. Acrescentou que o volume de água outorgado não tem sido suficiente para evitar a falta de água em determinada época do ano, e que atualmente a oferta de água atende menos de 40% da demanda potencial nos lotes já regularizados. Ponderou que aumentar a oferta de lotes seria um convite ao desabastecimento. Também a malha viária existente já não suporta a demanda. Descreveu que os loteamentos tem ruas sinuosas de declividade e pavimentação precária, sendo frequente a ocorrência do colapso dessa estrutura pela interrupção total do trânsito por excesso de veículos, incluindo o acesso de veículos de socorro em caso de emergência, causando riscos. A falta de condições do município em atender as demandas na costa norte, agrava os problemas na Praia do Félix como a falta de fiscalização, coleta de lixo insuficiente, e falta de saneamento para os turistas gerando a poluição nos córregos e áreas verdes, aonde o turista se banha. Por esses motivos, destacou propôs se adote no Félix, o mesmo critério adotado em Prumirim e Itamambuca, circunscrevendo os lotes existentes em Z4 OD, e mantendo Z2 para as outras áreas. Disse entender que esse critério permitirá a implantação de moradias fora dos loteamentos já existentes, inclusive sob a forma de condomínio, desde que os critérios de baixa densidade e de baixo impacto, previstos para Z2, sejam seguidos. **Maria de Lourdes Cesarino Faria**, de Ubatumirim disse que sua casa localiza-se a direita da praia onde querem classificar tudo como Z4 OD, situação totalmente contrária a maioria das pessoas. Relatou ser toda a área ainda preservada por não existir ainda especulação imobiliária, apesar de se querer. Afirmou que em Ubatumirim não é um lugar para se ter um empreendimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

daquele tamanho. Xxxxxx Primeiro porque não tem saneamento básico, nem no centro da cidade. Relatou que a água que consomem vem da cachoeira, inclusive os comerciantes que são favoráveis ao Z4. Discorreu sobre a necessidade de preservar o ambiente para que as nossas crianças, que estão aqui, amanhã possam ter um lugar bonito, igual os meus pais, meus avós que nasceram ali, mas foram expulsos quando a Rio-Santos foi construída. **Kailash Castilho Pinotti** representante da empresa Atmosfera, disse que tomou coragem para vir até todos e dizer que a empresa desenvolve empreendimentos para muitas pessoas que não são de Ubatuba, a maioria dos clientes são turistas e turismo é única indústria em Ubatuba. Lembrou que os que não turistas, dependem de certa forma do turismo que está crescendo a uma taxa maior que 20%, ao ano e vai crescer, queira ou não. Disse que o turismo irá ocorrer de qualquer forma, e esse grupo trabalha para que cresça de forma ordenada. Lembrou que Ubatuba localiza-se entre São Paulo e Rio de Janeiro e sobre uma pressão enorme, que temos o dever de preservar, a principal matéria-prima da nossa indústria, que é a mata e o mar. Sendo que é o econômico que protege o ecológico. Colocou-se a disposição para mostrar os projetos que estão sendo desenvolvidos pela empresa Atmosfera. Disse que daqui a dez anos os empregos e o crescimento dobrarão, de forma legal ou não. Defendeu que o crescimento já está aí. Thais de Oliveira apresentou-se como caçara e mulher de pescador que fala pela comunidade da Praia do Peres que é a trilha do Bonete, que hoje está em pleno escuro, em pleno 2016, o que qualificou como sendo um absurdo e esta presente para reivindicar isso. De alguma forma disse estar falando de gerenciamento costeiro, que também é muito importante para todos. Disse que hoje são enquadrados em Z3, mas querem alterar o enquadramento para Z2. Afirmou que o que se quer é permanecer como sendo Z2. Solicitou que fosse também oferecido para a comunidade, saneamento básico, um barco para levar as crianças para a escola e acesso a luz. Fernando Naressi, engenheiro ambiental, morador e apaixonado por Ubatuba, reconheceu ser o zoneamento uma ferramenta muito importante, mas que está sendo mais importante agora, por causa do petróleo. O zoneamento está sendo feito para que estruturas em Caraguatatuba e São Sebastião sejam alteradas para que possam comportar navios, mais estações de abastecimento, para que se aumentem as áreas já construídas, dentre outras, para o petróleo. E como já foi dito no início da reunião, esse é um aporte para o litoral Norte. Afirmou que Ubatuba não está incluída nos *royties* do petróleo, porém será incluída no bolo, isso para nós vai passar pela guela a baixo, pois o *lobby* de alguns grandes construtores e incorporadores se perguntam, porque não colocar uma área rosa, se isso vai ser aprovado? Porque *lobby* de petroleiro é uma coisa ferrenha e de construtora também, como se vê na lava jato. Então em função da especulação imobiliária, onde se vê Z4, veja, prédio em Itamambuca, no Primirim, e no Ubatubirim onde poderá ter até agroindústria em uma área no meio da Mata Atlântica. Apontou para o fato que atrás de Ubatumirim existe uma área gigantesca, que será desmatada para que seja instalada pasto e indústria do agronegócio. O Pré-Sal é a motivação e todos serão as vítimas dessa motivação política. Solicitou que todos prestem atenção no cunho do zoneamento das áreas, porque este zoneamento não será revisto outras vezes, porque a pressão para que seja aprovado é muito maior do que todos nós. **João Bosco de Souza** parabenizou a forma pela qual cada um vinha expressando sua opinião que é um direito de todos. Disse ser natural do Vale do Paraíba e não tinha nascido em Ubatuba, mas frequentava a cidade desde a infância onde foi criado junto ao pé da Serra da Mantiqueira. Revelou amar a natureza, as cachoeiras que pode desfrutar muito na sua juventude. Disse ter cursado o SENAI, escola na qual aprendeu a ter consciência e defender o meio ambiente. Relatou o programa 5S que está implantado no SENAI, traz a tona a consciência sobre o lixo e a reciclagem. Há 6 anos, veio morar em Ubatuba, local onde se casou e conheceu a família da esposa que tem comércio há mais de 20 anos, localizado em uma avenida, no bairro de Itamambuca, o qual foi adquirido com muito esforço e vendendo os seus lanches naquela praia, e sempre respeitando a natureza. Aquela avenida de acesso é o um único lugar não classificado como um Z4 OD, que é continuidade onde tem as casas do condomínio onde já é a zona Z4OD, e já existe comércio, moradores que defendem que essa área seja classificada como Zona Z4 OD. Solicitou que todos

Página 9 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

estejam atentos ao futuro do seus filhos. **Zita Pedro dos Santos**, filha de Caiçara, nascida na praia de Ubatumirim, com 67 anos, disse ter sofrido muito pois quando não existiam estradas, tinha que se locomover com canoa e remo. Por esse motivo, defendeu que a Praia de Ubatumirim seja classificada como Z4 OD, para o desenvolvimento daquela praia. **Helena Maria Correia Sanches**, jornalista formada em 95, disse ter sido o tema do seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, os fatores de descaracterização da cultura Caiçara. Revelou ter sido o maior dos fatores levantados a especulação imobiliária e fica muito triste pela possibilidade disso se repetir. Disse que gostaria que as pessoas que querem a classificação Z4, se conscientizem sobre as consequências dessa classificação e se informasse se os anseios delas não seriam preenchidos com a classificação Z2. Lembrou a todos da existência de um folheto explicativo, no qual as pessoas podem se informar sobre isso. Lembrou serem as consequências dessa escolha, irreversíveis. Defendeu que apesar de não ser caiçara, não é moradora de Ubatumirim, mas como cidadão do mundo, tem o direito de usufruir o que a natureza tem a oferecer, sendo ou não moradora de Ubatumirim ou caiçara. Ressaltou que gostaria de despertar a consciência sobre o que é a ilusão dessa Z4, que não garante, que se tenha acesso ao saneamento, luz, tudo o que a população anseia, sendo que se tem no centro que é Z5 e Z4, esgoto a céu aberto, com lugares sem iluminação, ainda. Destacou não se tratar de uma disputa, mas sim de um esforço para se chegar a um consenso. Só isso, consciência. **Paula Regina da Silva** disse ter ficado super feliz de ver tanta gente comparecendo à audiência. Lembrou que a região onde todos moram, aqui, é o último remanescente de Mata Atlântica do nosso país inteiro. E essa Mata que só existe no Brasil e no Mundo inteiro e apesar de sua riqueza existe pouquíssima pesquisa, que abriria emprego para muita gente aqui, caso tivéssemos mais pesquisa e interesse sobre nossa mata. Como foi dito anteriormente, não adianta querer mudar as coisas, se a situação de Ubatuba está largada. Como moradora da estufa 2, que apesar de ser classificada como Z4, não se tem acesso a água limpa, existe esgoto a céu aberto com criança brincando no cocô, um postinho que não funciona e as ruas todas esburacadas. Ressaltou que mora atrás do Itaguá, um bairro que vai virar Z4. Em razão da crise atual pela qual passa o mundo todo e é noticiada no jornal é tudo uma mentira. Lembrou que foi tirada uma presidente porque o Brasil está sem dinheiro, quebrado e é uma ilusão achar que vai mudar o zoneamento e o Governo estadual e a Prefeitura terão dinheiro para levar o asfalto, dinheiro para levar a luz, e fazer o saneamento básico. Disse que faz 20 anos que estão tentando fazer um porto Ilhabela e o motivo do zoneamento ecológico é o Pré-Sal. Portanto, ao se abrir uma disposição, daqui cinco anos, será pedido mais, e isso não vai parar. Afirmou que a realidade daqui há 5 anos, é que será implantado um porto, para passar navios como ocorre no Porto de Santos. Ressaltou que em 2013-2014 a SOS Mata Atlântica fez um estudo de aponta sobre o que sobrou de Mata Atlântica no Brasil e somente em Ubatuba, independentemente de São Sebastião tem quase 80% desse remanescente., que representa uma “grana” enorme. O Brasil está contramão pois, se fosse como um país de primeiro mundo, como é em Portugal, a energia seria 100% eólica. Mas não há interesse, pois o que se quer é beneficiar são alguns poucos, como no caso os petroleiros. Atentou para a necessidade de que o pessoal da agricultura entenda que sem água limpa, não tem pesca, não tem agricultura, e já existem vários documentários que mostram que produtores agrícolas que ao defender os mananciais, conseguiram em cinco anos, três vezes mais água do que eles tinham antes. Concluiu ser contrária a um zoneamento sem critério, que coloca um Z4 ao lado de uma Z2, que mata a área verde que está entre a Vila e o loteamento. **Guilherme Flukiger** disse ter ficado muito feliz em constatar a casa cheia com grande participação da população de Ubatuba. Afirmou não ter sido marcante a presença do grupo setorial do gerenciamento costeiro, durante os seis-sete anos de discussão, sendo que o Decreto foi alterado, sem essa participação popular. Essa alteração foi feita com a participação apenas de pequenos grupos de elevado poder aquisitivo, requerendo suas condições, seus critérios e seus interesses nas alterações, tanto do mapa, quanto em relação ao texto em si. Haveria de ter muito mais tempo para rever os mapas porque a medida que o texto é alterado, o mapa também é alterado. Uma coisa que pode no Z2 uma coisa que

Página 10 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

não podia antes, esse mapa já foi alterado. Portanto, o tempo entre o texto e a redefinição dos mapas foi muito curto, e a participação popular começou, a muito pouco tempo, de fato. Em relação ao estabelecimento de Z4 ao invés de ao invés de Z2 e Z1 que são áreas que serão ocupadas e com Z4 e Z3 não, há necessidade de se ter um plano de monitoramento tanto pela parte do Estado, quanto pela parte da prefeitura. Afirmou que não se pode utilizar o GERCO como solução para a falta de fiscalização em áreas irregulares. Esclareceu que muitas das ocupações irregulares, na verdade, não são ocupações irregulares e sim grileiros que venderam áreas irregulares para as pessoas, sendo que são esses que devem ser presos. Denunciou que esses grileiros são proprietários de grandes extensões de terras, e são eles que estão se aproveitando do GERCO para legalizar suas terras, para lotear, sendo que muitas das alterações feitas para tal, foram feitas sem justificativas técnicas e não seguem a lei. Acentuou que nesse zoneamento foram ignoradas as áreas de APP, as áreas de riscos e as bacias hídricas. Afirmou que basta conhecer o território para verificar que várias áreas não eram para ser alteradas para Z4 nesses zoneamentos, em várias áreas de território não eram várias áreas alteradas para serem Z4 tais como as áreas de mangue, as áreas de restinga, de várzeas de rio e várias bacias hídricas o áreas portuárias. Afirmou que, se continuar dessa forma, a água em Ubatuba vai faltar e, é por isso, conforme foi dito pelo Tadeu o rumo do barco tem que ser alterado, e é agente que tem que fazer isso. Célia Regina apresentou-se como filha de Picinguaba da qual gostaria de falar, assim como também da Ilha das Couves. Afirmou que Picinguaba, apesar de estar dentro de uma área de Parque, não foi incluída no zoneamento e, portanto, não está no mapa, apesar de tudo acontecer dentro da Ilha. Ressaltou que casas são feitas por grandes empreendedores, e nada pode ser feito. Por essa razão, pediu para que as autoridades olhem um pouco por eles. Como moradora da Ilha das Couves, pescadora e maricultora relatou que foi solicitado uma Z2 para fazer uma estrutura náutica dentro da Ilha, fato que não foi aceito por ser uma ilha pequena, parte do turismo da comunidade, na qual não se quer o desmatamento. O que se quer é a preservação da ilha por isso reivindicam que seja mudado para uma Z2 ME para preservar a estrutura dentro da ilha quanto o Caiçara. **Marcos Roberto dos Santos** após cumprimentar a mesa diretora e o Dr. Badaró pela fala lúcida e a todos os presentes, disse ser muito difícil explicar o que vem ocorrendo com Ubatuba em relação a esse zoneamento, e por essa razão havia elaborado um breve discurso, de forma a não se perder em palavras ao ter que olhar na cara de algumas pessoas aqui dentro que estão mentindo para o povo Caiçara. Passou a leitura: “Utilizo esse espaço concedido para dizer que em um processo mal divulgado e pouco trabalhado com as comunidades, chegamos hoje a audiência pública com dúvidas, vários questionamentos, e várias comunidades divididas por letras e números. Essa audiência que dará a Ubatuba um novo desenho para os próximos 10 anos, não nos encanta, e tão pouco nos convence que verdadeiros direitos dos povos Caiçaras estão sendo atropelado pela vontade de poucos onde, infelizmente, prevaleceu o zoneamento econômico e não ecológico. Se não me falha a memória está escrito lá ecológico e econômico. Assistimos, principalmente nos meses passados, grupos econômicos em reuniões com comunidades adicionais hora tão esquecida por todos, onde causou nas comunidades uma desunião e discórdias em cima do zoneamento, com mentiras, que é certo para tais grupos, mas é uma nuvem escura no povo na cabeça do povo Caiçara, e com falsas promessas que já assistimos nas décadas de 60 e 70, quando o povo Caiçara perdeu grandes territórios por causa da especulação imobiliária. Essa palhaçada está acontecendo aqui dentro, nesta tarde, nesta noite. Cabe enfatizar que não houve ampla divulgação e participação da população, e isso é lei, e isso está claro na 10.019/98. Senhor Eduardo Trani, cabe enfatizar que não houve a divulgação e a participação da população, não houve embasamentos técnicos para as mudanças sugeridas, nem justificativas convincentes para o novo zoneamento, ou seja, direitos assegurados sobrepostos por uma representatividade que não é vista e nem aceita por grande parte da população brasileira. Não aceitamos os nossos representantes. Espero que como filho dessa terra e um cidadão convicto dos nossos direitos e deveres o documento que sairá daqui para a Secretaria do Estado do Meio Ambiente seja analisado com muita atenção e que tantos outros que foram protocolizados pelos

Página 11 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

órgãos competentes possam ser vistos e considerados, todas as insatisfações e demais apontamentos que não condizem com a formulação das leis, e que criou esse mecanismo em todo litoral brasileiro. Estão burlando as leis. Por fim, dizer que o zoneamento ecológico de Ubatuba não teve a premissa de pensar nas comunidades tradicionais e sim o desenvolvimento embasado e justificado apenas de crescer, mesmo que esse crescimento não seja a representação da vontade de grande parte das comunidades inseridas, mas uma leitura de interesses maiores frente ao ciclo de entendimento do Povo Caiçara, que na maioria das vezes, assim como os mariscos perdem a luta entre o mar e a Costeira. Repensem, refaçam e, acima de tudo, respeitem a tradição de uma cultura de mais de 400 anos que nesse processo foi atropelada e ouvida de forma acanhada quanto as reais necessidades de crescimento de seu território onde sua voz foi ocultada pelos envederamentos da lei. Mentiras pregaram os senhores, não estamos satisfeitos e não é isso que queremos para Ubatuba e deixo a promotoria que nos ajude nessa luta, que não há coesão, há uma sem vergonhice escondida por trás disso tudo!. Obrigada”. **Ricardo Raduan**, nascido na Praia do Meio, disse que alertaria a todos sobre uma desigualdade que está acontecendo aqui, porque muitas áreas de caráter urbana e rural estão sendo classificadas com diferentes zoneamentos que não permitam o desenvolvimento, como é o caso do Sertão da Praia do Meio da onde gostaria de falar em nome da sua família, vizinhos. Relatou que mora em um condomínio consolidado, hoje cadastrado como Z2. Afirmou ser difícil viver em zoneamento 2, pois só se pode utilizar 20% da sua área, incluindo o acesso a sua casa e a todas as estruturas existentes. Só que mais difícil é viver em uma Z2 e pagar IPTU. Apesar de serem cobrados e pagarem IPTU há mais de 25 anos, a administração pública não lhes oferece nada desde a coleta de lixo, até pela queda de uma árvore cujas providenciadas tem que ser tomadas pelos próprios moradores. Não se tem rua, não se tem acesso nenhum. Solicitou que isso fosse considerado. Afirmou que a área que tem 100 m², já existe desde os anos 60, quando já existia plantação no local, da qual dependem quatro famílias, hoje. **Enrico Assunção** afirmou que um loteamento desse só vai piorar o que está horrível, além de descaracterizar toda Ubatuba, principalmente a área Norte que é tida como uma área tranquila e com vegetação. Portanto, acredita que Ubatuba pode atender tanto aqueles que querem uma vida urbanizada quanto aqueles que querem viver cercados pela natureza. Os empreendimentos falam muito em empregos, mas eles têm que entender que esses empregos são temporários e o que vai permanecer são empregos domésticos, jardineiros enfim atividades que já existem hoje, não precisando criar esse tipo de emprego que não gera nenhum progresso. Disse acreditar que a audiência pública é feita para ver um anseio da sociedade, e portanto, poderia encerrar por aqui, pois está claro que a sociedade não quer essa mudança. Qualquer coisa feita fora isso é interesse capitalista. Afirmou que a atmosfera que o Felix quer é a mesma, portanto, não se quer seja feita nenhuma. Afirmou, ser isso, até bíblico, pois o Provérbio 19:3 diz: “Chegou o momento de destruir aqueles que destroem a terra”, não sendo necessário, então, se falar mais nada. É preciso permanecer do jeito que está. **Mário Ricardo de Oliveira**, conhecido como Mário gato relatou ser um grande defensor da cultura Caiçara de um modo geral. Apresentou-se como militante do Fórum de Comunidades Tradicionais, que é um movimento social que abrange Angra, Paraty e Ubatuba. Relatou serem pessoas que lutam pelos seus territórios, e citou como um pequeno exemplo o Condomínio de Laranjeiras, onde as pessoas só faltam ajoelharem, se humilharem, para entrar em seu espaço de origem, onde seus avós e tataravós começaram a população e estão enterrados. Para chegar naquela prainha, disse que, as poucas vezes que foi pescar, largar rede ali, teve que ligar para o caseiro para prender os cachorros. Disse ser Caiçara, com muito orgulho e que não via a cultura Caiçara com romantismo, mas sim como o futuro se uma filha e um filho que vem aí. Essa coisa falar que o Caiçara não quer mais, só quer fazer faculdade, não faz sentido. Dentro de Ubatumirim, pelo menos no canto do Iriti, disse não via nenhuma motivação nenhuma que se tenha uma alteração de Z1 para Z4, primeiro porque aquela é uma área de proteção, quando se tem caxeta, tem Taboa, braços de rios. Não sabia dizer se teria sido feito um estudo técnico em relação àquela questão. Todos teriam o direito de Z1 ou Z4, mas não é assim: eu quero ser Z4. Afirmou que as

Página 12 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

várias comunidades de Ubatumirim, até nos dias de hoje, estão confusas e não sabem o que é o zoneamento ecológico-econômico. Não sabem, não foi feita uma consulta, não foi levada uma informação essa população, e, muitos estão desesperados achando que Z4 é o caminho. Disse ter todo o direito de falar, pois é nascido e criado no Itaguá, aonde sua mãe nasceu em Ubatumirim, a vó e a minha bisavó e mora com a família. Disse que como Caiçara defenderia o seu território pois sem ele, não há cultura. **Marcela de Marco Sobral**, educadora ambiental e estrutura do Projeto Orla, disse faria alguns questionamentos alguns aspectos ao gerenciamento Costeiro os quais passou a apresentar. Primeiramente, disse que o Comitê do Grupo Gestor gestão de 2005, do qual era representante, infelizmente, não levou a frente às ações que foram propostas, o que teria minimizado os muitos problemas e conflitos sobre a gestão de territórios verificados hoje. Ressaltou que em todo litoral norte, existem vários estabelecimentos comerciais, como quiosques de praia, por exemplo, para os quais não observou qualquer regramento ou regulamentação previstos no gerenciamento costeiro. Destacou que provavelmente existirão quiosques em áreas de Z1 ou terá que haver o Z4 para empreendimentos turísticos. Ressaltou ter apontado isso porque trabalha na gestão integrada da orla. Provavelmente, também existam outros empreendimentos comerciais que não foram contemplados. Outro aspecto, que observou a existência de uma grande distância entre o Z2 e Z4 OD, de forma geral, porque a Z3 trouxe regramentos para toda a questão da agricultura, ao sair de uma área Z2, onde tem uma ocupação de 20%, que só permite ocupação de residência familiar, na qual não está estabelecido pequenos comércios ou o desenvolvimento do turismo sustentável, passando diretamente para uma Z4. Não existe, portanto, uma zona de transição onde se preserva os atributos naturais e ambientais, uma baixa ocupação organizada. Ao mesmo tempo, que se força uma Z4 com o estabelecimento de uma cidade. Solicitou que essas questões sejam esclarecidas, pois nem todos tem clareza do que é permitido em cada zona, principalmente as comunidades tradicionais e outras que estão questionando sobre o que pode e o que não pode em cada zona. **Augusto Camargo Leite** disse que falaria em nome da falo em nome da loteadora da Praia de Itamambuca. Revelou que não pode se envolver em de gerenciamento costeiro tendo se aprofundado sobre ele, No entanto, quando mais se aprofundou no assunto, disse ter tomado um enorme susto por conta, inicialmente, da área de Itamambuca, na qual sua família implantou um loteamento, com muito cuidado e com uma das melhores características do país, de acordo com as próprias palavras de Aziz Absaber, um dos mais renomados geógrafos do Brasil e responsável pelo tombamento da Serra do Mar. Se assustou com o desenho que foi feito mapa para a região de Itamambuca, porque conhece muito e por ter acompanhado a implantação do loteamento conhece o problema das valas de drenagem das águas pluviais do loteamento e observou que desde a Lei 2019 de 2014 e do Decreto atual, que está sendo colocado para ser aprovado, existe as diretrizes e as questões técnicas que têm que ser analisadas e cada área deve obedecer aos critérios técnicos para que receba o zoneamento. Afirmou que a Itamambuca foi assustador o que aconteceu. Protocolou um documento em nome da Loteadora, da comunidade da Vila de Itamambuca e em nome do Félix também. No entanto, a questão da Praia de Itamambuca foi aprofundada. Destacou que o desconhecimento da maioria da comunidade sobre o que seria o Z2 ou Z4, o assombrou. Quanto a Itamambuca ofertou o exemplo da atribuição de uma Z2 para uma área na qual já existe um loteamento chamado Asa Branca, onde muita gente tem duas pousadas e muitos comércios, atribuir para essa área a classificação Z2 e esquecer a comunidade que está residindo em uma área que era ocupada pela família tradicional dos Vianas, denota a ausência de critérios técnicos. Relatou que a senhora Gláucia, a quem desconhecia, moradora da Vila, recebeu em sua casa, no dia 22 de agosto um grupo para decidir sobre os andamentos da Itamambuca, no dia 24 foi marcado uma reunião lá, na qual seria discutido com a comunidade, só que todos correram dia 23, e elaboraram textos que estão na secretaria do Meio Ambiente, na qual teve o conhecimento ontem. Relatou ter a Dona Helena esclareceu que lutou muito para que os critérios técnicos fossem obedecidos, no entanto, houve interferências externas, de uma minoria, e isto está protocolado para que o Ministério Público tome conhecimento. **Isaías**

Página 13 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Antônio Teixeira nativo e morador da Praia da Justa, filho de Caiçaras disse que nos 40 anos, nunca teve acesso a luz elétrica e estrada na porta da sua casa. Apelou para que essa área seja classificada como Z2. Disse viver da pesca e da forma que pode, que é a favor do cidadão de bem e que sejam bem vindas a nossa praia esses cidadãos. **Milena da Costa Franceschinelli** disse que vinha representar o direito da família Sista, em uma propriedade na área da Folha Seca. Explicou que a Folha Deca é um bairro, atrás perto da Fortaleza, onde tem a estrada perto, do Corcovado. Tem-se um ganho nesse gerenciamento Costeira, principalmente no que se refere, a cidade de Ubatuba. Destacou que muito se fala sobre restrição, mas se ampliou um pouco da nossa área agricultável. E Considerou isso importante porque aumentou a capacidade de se produzir o alimento localmente, garantindo-se a produção agroecológica e da agricultura familiar. Disse que para essa área de 500 mil metros, existe a solicitação para que passe de Z1 para Z3. O que está sendo pedido, na verdade, é que a ampliação da área Z3, para um bairro que é conhecido como o bairro dos agricultores. Tal alteração já foi solicitadas várias vezes para a esfera Municipal de Meio Ambiente, sendo tal solicitação contemplada sendo deliberada favorável em votações diferentes, com a aprovação desse conselho em diferentes ocasiões. Complementou ter sido a única área que o conselho solicitou fosse formulado um laudo ambiental, solicitação que foi prontamente atendida e também entregue a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a qual também se colocou favorável a esse laudo. Reiterou o pedido para que a área seja alterada de Z1 para Z3. Destacou ter protocolado vários documentos comprobatórios dessa atividade na área, desde o Plano de Manejo feito da década de 80, até recibos de mudas compradas pelo IAC, dentre outros documentos. Solicitou que o zoneamento não se restrinja as questões macro pois, nesse anos esta sendo trabalhado o plano diretor, que até agora não foi levado a frente e que na esfera municipal faltam ainda algumas coisas para serem construídas, pelas quais todos devem batalhar. **Alessandro de Bastos Soares**, comerciante, disse acreditar que no corredor de Itamambuca que já é comercial, e deveria permanecer Z4. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes dos órgãos públicos. **Valkíria Imamura Picoli**, representante do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado de São Paulo que atua fortemente em prol do meio ambiente ecologicamente equilibrado, em prol das Comunidades tradicionais, em prol da participação informada e livre, de toda a população do Litoral Norte. Relatou que chegou no Litoral Norte, em abril, e fala como Procuradora da República e moradora de Ubatuba, portanto fala aqui não só como procuradora da República mais como uma moradora. Disse que, assim que chegou, participou da primeira reunião GERCO, em Caraguatatuba. Apontou como necessário dizer isso, para trazer um pouco da falta de tudo isso que foi levantado durante a audiência, em relação a qual se sentiu muito feliz pela participação muito crítica da população de Ubatuba que sabe muito bem os pontos que estão equivocados nesse processo todo. Destacou que não se trata apenas de se falar de Z1, Z2, Z1 M... trata-se sim de saber o que é cada uma dessas zonas, e qual a consequência da implantação de cada uma dessas zonas. Disse que foi até Ubatumirim para trazer esclarecimentos para alguns pontos positivos das escolhas das comunidades e dos pontos negativos que devem ser colocados na balança para verificar se os pontos negativos se sobrepõem aos positivos. O que ocorre é que, mesmo tendo chegado a pouco tempo, observou que está havendo mentira e interesses escusos, para trazer algumas comunidades para o lado de alguns empreendedores dessa cidade, e isso tem que ficar bem claro. Disse que, quando participou na primeira audiência do GERCO ficou com dúvida durante a fala de vários representantes e a quem representavam, pois já sabia existirem muitos em prol de empreendimentos imobiliários, em prol da marina, e todos com interesses legítimos, desde que defendidos com clareza e sem mentiras, sendo esse o principal ponto. Ressaltou que todo o mundo tem interesses legítimos, mas não dá para sair enganando comunidade tradicional, dizendo: “Olha! Vamos começar a falar sobre demolição”, que é uma palavra de ordem no GERCO. “Olha! Se você não optar por Z4”, ou o quer que seja, vamos demolir sua casa, o seu quiosque, você não vai poder ter isso ou aquilo. Mentira! Vamos começar por aí. Disse que Itamambuca, aconteceu uma coisa dessas, com o loteamento Asa Branca, que foi votado, em Caraguatatuba. Olha! Loteamento

Página 14 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

irregular, não pode ser regularizado pelo GERCO porque não tem poder para isso. “Comerciante, vão derrubar o teu comercio se não for Z4”. Outra questão que está ouvindo muito *zum, zum, zum*: “Olha! Z1 e Z2 não tem condição de receber energia elétrica”. Disse ser uma mentira, pois Z1 e Z2 têm condição de receber energia elétrica desde que seja licenciado, mas esclareceu que o licenciamento não é um impeditivo para que se implante energia elétrica em uma Z4. Informou que o Ministério Público está trabalhando em prol de várias comunidades no Bonete, Ilhabela. Neste contexto, lembrou que a Dra Maria Capucci, há muito tempo instaurou um procedimento para tal e com seis reuniões junto a CETESB e a Elektro, levou energia fotovoltaica para Bonetti, que é uma Z2. Montão de Trigo, também será beneficiada, da mesma forma. Portanto, se não se tem acesso a energia elétrica, não é por conta do GERCO, isso é uma mentira, afirmou a promotora. Quanto a afirmação de que por conta da área ser reclassificada como Z4, será garantido o à educação e ao emprego refutou como sendo mentira. O GERCO não determina instalação de energia elétrica para ninguém, de escola para ninguém, nem de posto de saúde, nem de qualquer outro tipo de estrutura pública. Ofertou o exemplo da Transpetro em Espirito Santo, na qual estava trabalhando, recentemente. Na ocasião dessa audiência a empresa prometeu que levaria energia elétrica para uma comunidade de pescadores, mas isso não ocorreu, só levou para ela mesma. Afirmou que devem ser feitas algumas desmistificações do GERCO. Destacou que, a razão pela qual ainda existir áreas em Ubatuba com m matas tão preservadas, bonitas e atrativas aos turistas, deve-se as comunidades tradicionais. É necessário que os Caiçaras olhem para trás para analisar a escolha dos seus antepassados. O usufruto de um ambiente ecologicamente equilibrado, hoje, por conta da escolha dos antepassados, e o futuro dos filhos e netos, dependerá das escolhas feitas pelos Caiçaras, hoje. **Bruno Roberto Gios**, assistente técnico do Ministério Público Federal, biólogo trabalho apresentou algumas considerações. Em primeiro, retomou a temática de Ubatumirim e da Praia do Félix e de um detalhe de Maranduba por meio de um recorte de um trabalho chamado “A erosão costeira e os desafios de gestão”, elaborado por Celia Regina Golveia Souza, do Instituto Geológico da SMA, especialmente para a região norte de Ubatumirim e da Praia do Félix. Afirmou que o que se vê são recortes de implantação ou de aumento de proposta de Z4 OD, em detrimento de Zona 2 e de Zona 3. Segundo o trabalho da Prof^a. Célia, Ubatumirim é indicada como área de risco costeiro muito alto, e a Praia do Félix é indicado como área de alto grau de erosão Costeira, e as implicações estão contempladas em alguns trechos desse trabalho que acabara de citar e passou a leitura: “a erosão costeira pode elevar as consequências não somente a praia, mas também aos vários ambientes da praia e aos próprios usos de atividades antrópicas da Zona Costeira, destacando-se a redução da largura da praia e retrogradação ou recuo da linha de costa, ou seja, se a área adjacente à planície costeira não for urbanizada, a tendência de longo período será a migração transversal do perfil praiaral rumo ao continente. Se for urbanizada, pode não haver espaço físico para essa migração”. Ou seja, se a ocupação urbana na orla da praia for estimulada, sabendo que tem um alto grau de erosão costeira, não haverá espaço para o deslocamento lateral dessa praia, que ira sumir. Prosseguiu com a leitura de mais alguns aspectos: “O aumento da frequência e magnitude de inundações costeiras causadas por ressaca ou eventos de marés de sizígia muito elevadas, poderão levar um risco para as pessoas que ali irão morar e também as edificações que ali serão colocadas, perda de propriedades e bens públicos ao longo da linha da costa; destruições das estruturas artificiais na linha da costa; perda de valor imobiliário de habitações costeiras; perda do valor paisagístico da praia e, ou da região costeira; comprometimento do potencial da região costeira; prejuízos às atividades socioeconômicas da rede; gastos astronômicos com a recuperação das praias e reconstrução da orla marítima, incluindo propriedades públicas e privadas e equipamentos urbanos diversos, estruturas náuticas e de redes de saneamento”. Com isso tudo questionou se esse trabalho da especialista Célia Souza do Instituto Geológico vinculado a própria SMA foi considerado, no momento da proposição de Zona 4OD nessas regiões. Afirmou lhe parecer que não é adequado, nem coerente fomentar a ocupação urbana em locais onde o risco de erosão costeira é muito elevado. Somado ao fato, da existência de

Página 15 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

remanescentes de restinga, em diversos estágios de regeneração, de existência de manguezal, Caxetal, dentre outros, e pertencem a faixa de 300m, a partir da preamar, considerados como Área de Preservação Permanente, reconhecida pela Resolução CONAMA nº 303, de 2002. Quanto ao polígono específico de Maramduba de cerca de 170 hectares, no qual se prevê seja implementado uma área de Zona 5 comum. Destacou que nesse mesmo polígono destacou a existência de um maciço florestal contínuo e de formato interessante, com a extensão considerável de 70 há, que perfaz cerca 40% desse polígono de Zona 5. Lembrou que Zona 5 não prevê nenhuma meta para a preservação e recuperação de ecossistemas. Sabendo que 40% daquele polígono é remanescente florestal de restinga alta questionou porque considerar a área como Zona 5, terrestre comum. Questionou sobre qual seria a coerência desse critério de enquadramento. Afirmou que isso teria que ser revisado. Ressaltou, que o polígono de Zona 5, terrestre em Maranduba, aonde, adjacente a ele hoje, a proposta Zona 3 e outro lado, será uma Zona 4, não parece coerente manter aquele pedaço como Zona 5. **Tami Albuquerque Ballabio**, membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ubatuba informou que as entidades ambientalistas de Ubatuba protocolariam duas recomendações relacionadas uma delas a representatividade dentro do Grupo Setorial que não representa a diversidade brasileira, pois faz cinco séculos que o território do Brasil é planejado por homens brancos e para homens brancos. Disse que muitas comunidades tradicionais já se manifestaram nesse contexto e que apesar de não ter essa voz, teria a da Mulher. Apresentou a proposta de que 50% da cadeira do grupo setorial seja de mulheres. Afirmou que isso pode ser feito, e deve ser discutido, por ser totalmente viável. Porque só a Mulher representa a Mulher e na gestão ambiental isso também ocorre. Declarou que também deve ter uma cadeira exclusiva para comunidades tradicionais, que não entre na conta do número de representantes da comunidade civil, mesmo que para isso tenha que aumentar uma cadeira para o governo do estado e uma para o governo municipal, o que é totalmente possível, pois somente dessa forma poderá ser garantido o planejamento do território para uma diversidade maior. A outra recomendação é sobre o processo participativo. Observou que por conta desse processo estar chegando ao final, tem que aprender um pouco com os erros. Descreveu como sendo um processo longo e com muitos problemas, sendo inadmissível que o estado leve o esclarecimento e informações as Comunidades somente 5 dias antes da audiência pública, pois essas informações deveriam ter sido levadas a 6- 7 anos atrás, com a presença do estado e do Ministério Público também. O estado deve dividir a responsabilidade com o município nesse processo participativo, porque o estado fiscaliza e licencia então ele tem que tá lá dentro da comunidade explicando todo processo. Portanto, a proposta é que se crie um regulamento, dentro do grupo setorial, de como deve ser o processo participativo, tanto para o zoneamento, como também para o Plano de Ação. Afirmou serem essas as recomendações porque, por exemplo, em Caraguatatuba, e não sabia se era do conhecimento de todos, está sendo proposta uma área industrial, maior do que a área de Santos. Questionou quem estaria sabendo. Destacou que a prefeitura alega que essa proposta estaria no Plano Diretor de 2009 ou 2011, o que é inadmissível pois deveria ter ocorrido uma consulta à população no âmbito do GERCO, e não utilizar o motivo da consulta o Plano Diretor de 2009, sendo esse um grande problema que precisa ser regulamentado dentro do Gerenciamento Costeiro, dentro do Grupo Setorial, como deve ser feito. Esse grupo participativo e essa regulamentação devem ser feitas junto com as comunidades tradicionais, porque são eles que devem dizer como será feita a informação. **Reginaldo Fábio de Matos**, vereador de Ubatuba disse ter se sentido muito honrado e feliz após ter ouvido a palavra do Senhor Promotor de Justiça e saber da existência de pessoas da cidade com o pensamento de preservar Ubatuba. Por outro lado, disse que ficou muito triste também quanto as mentiras e falsidades de especuladores imobiliários e destruidores da cidade, presentes na audiência. Nas outras oportunidades não pode se pronunciar por estar em época de campanha, mas agora poderia fazê-lo. Afirmou que o Promotor tem razão quando disse que o público não acredita mais na Secretaria de Meio Ambiente do município. O poder público municipal está sem credibilidade nenhuma. Disse que existem pessoas infiltradas nos

Página 16 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

conselhos, citando o caso da Associação de Moradores do Lázaro que se pronunciou o qual mora no Lázaro mas também trabalha no poder público do município de Ubatuba. Denunciou que o proprietário de praticamente de toda cidade de Ubatuba possui interesse escusos de terras e foi ele que infiltrou pessoas nos conselhos, para que defendessem a classificação Z4 para muitos lugares, inclusive para o Ubatumirim. Discorreu que o proprietário do Iriri é ligada à Camargo Correia e ele está tentando há 30 anos entrar no condomínio. A última vez que ele fez isso há 30 anos atrás, ele destruiu a igreja do bairro, destruiu a escola, expulsou os moradores, junto com seguranças policiais militares e civis. Há dois anos atrás ele fez a mesma coisa, voltou com um caminhão, com policiais civis e militares e destruiu as casas das pessoas, para construir um condomínio, que vai acabar com a praia do Ubatumirim, que não tem rede de esgoto. Reclamou não ter o governo municipal feito 1 km sequer de rede de esgoto nesse município, sendo que lá querem fazer condomínios e marinas que vão acabar com a nossa área costeira. Essa pessoa que se diz presidente da Associação de Moradores do Lázaro é influenciada por esse grande dono de terras no município, que está presente na audiência. Disse existirem 16 áreas que estão sendo invadidas irregularmente por pessoas de fora. Portanto, quer se falar do desenvolvimento, quando não se fala do subdesenvolvimento que está acontecendo na cidade. Considerando a balbúrdia que foi feita na cidade, com relação ao gerenciamento costeiro, e em conversa com os 10 vereadores da câmara municipal, foi elaborado um documento para o governador do Estado de São Paulo, “considerando que muitas dúvidas ainda não foram sanadas e que muitos interesses particulares estão em jogo, onde o desenvolvimento e a preservação que tem a caminhar junto da busca de sustentabilidade econômica e ambiental”. Recentemente essa mesma Secretaria do Meio Ambiente que diz defender o meio ambiente aqui, rachou o município principalmente a região sul, mudando todo o zoneamento por lá, inclusive denunciar que já está na mão da Promotoria, onde se denuncia o sistema corrupto da câmara Municipal e, principalmente do nosso Poder Executivo, que irão vender a cidade para fazer condomínios, mudar o setor de zoneamento da área sul do município, onde poderia ser construído edifícios de 4 andares, serão construídos 5 andares, e onde não poderia se construir nada, vão ser construídos mundos e fundos. Portanto requereu seja oficiado o governador no sentido de promover uma audiência pública sobre o GERCO em parceria com a câmara municipal a fim de propiciar amplo espaço de debates para a comunidade. Afirmou que o município de Ubatuba não sabe o que está acontecendo aqui. Passou-se a etapa das respostas aos questionamentos formulados durante a audiência. **Eduardo Trani**, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, afirmou que a audiência pública realizada em Ubatuba cumpriu todas as suas funções que foi, justamente, a possibilidade de registrar os diferentes posicionamentos da sociedade. Disse ter isso ficado claro para mesa diretora dos trabalhos que há uma série de posições que vão ser consideradas daqui para frente no processo final. Afirmou que todos aqueles que fizeram o uso da palavra serão considerados no relatório final da comissão. Alertou ser muito importante que todos protocolem suas propostas por escrito, pois todos esses documentos serão estudados e incorporados nessa fase, como aqueles dos demais municípios. Esclareceu que essa tarefa árdua não é da SMA, mas sim do grupo que há seis anos vem participando dessa discussão, que implica no futuro dessa cidade, dessa região. Até cinco dias úteis, depois do dia 4, todos poderão protocolar na SMA propostas e reivindicações para que possam ser avaliadas de forma ampla para a elaboração de um documento que contemple o grande desejo de todos, que estão presentes e representados na audiência. Reiterou o pedido de que os documentos sejam encaminhados à Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA – CPLA. O Secretário-Executivo do CONSEMA, esclareceu que, de acordo com o regimento, qualquer contribuição deverá ser encaminhada, por correspondência registrada, ao órgão responsável, no caso, a CPLA, ou lá deverá ser diretamente protocolado. Caso haja necessidade de se abrir outro espaço para recepção dos documentos, caberia ao coordenador Eduardo Trani, comunicar. **Eduardo Trani**, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do

Página 17 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Meio Ambiente, completou que os documentos poderiam ser também protocolados na sede da Fundação Florestal de Ubatuba ou poderiam ser encaminhados por e-mail, para o endereço eletrônico, bcaio@sp.gov.br. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes do CONSEMA. O conselheiro **Beto Francini** disse não seria fácil falar depois de tanto tantas falas maravilhosas da mesa com um teor de fundamental significância para a região. Disse começaria, devolvendo ao Promotor um questionamento sobre de que forma seria possível corrigir esses rumos da sociedade onde não se consegue, ainda, um avanço para as questões sociais. Acabou de haver um golpe parlamentar, que apesar de todas as questões adversas vai causar retrocessos sociais inimagináveis, se forem aprovadas essa PEC 241, a reforma da previdência, no meio das quais as pessoas mais pobres vão sofrer muito com isso. Discorreu sobre a existente concentração de riqueza, de apropriação de riquezas naturais e de áreas, por um apenas 1% da população, que são sustentados pelos outros. Segundo a afirmação dos próprios Caiçaras, os ricos podem tudo, e os pobres nada. Dizem que se fazem alguma coisa a casa deles vai o chão, o que não acontece com o rico que consegue regularizar a situação dele. Isso, portanto, precisa ser revertido e alterado com urgência. O gerenciamento ecológico e econômico está sofrendo muitas pressões. Afirmou que os grandes interesses que estariam realmente em jogo seriam aqueles dos grandes empreendedores, com necessidade de fazer empreendimentos que ganham recursos e depois abandonarem. Bom seria poder fazer um verdadeiro assentamento local e territorial das Comunidades locais, com valorização das pessoas que estão aqui, e que foram desterritorializadas dos seus locais de origem, em prol de um milagre econômico esperado desde a década de 70. Ofertou um registro do GERCO e destacou as várias interferências que o processo sofreu ao longo do tempo. Relatou que já teria sido proposto, no passado, que um parque tivesse uma zona de amortecimento de 50% e o restante fosse classificado como Z5, o que é um absurdo. Felizmente, houve uma mobilização popular para reverter o contexto. Da mesma forma, existem muitas questões hoje, dentre elas, o Plano de Gestão, que teria que ter sido feito pelo governo, em 2004, e não foi feito. Se tivesse sido elaborado, muitos embates de hoje não existiriam. Sua expectativa é que se consiga aplicar o Plano de Gestão com esse novo decreto para que se possa conduzir uma gestão baseada em critérios técnicos, quando o mesmo for revisto, daqui a 10 anos, sendo o GERCO a base do Plano Diretor. Não se tem também as instâncias participativas, tais como o conselho da cidade o que promove que as situações irregulares e o crescimento desordenado, simplesmente cresçam. Reportou-se aos trabalhos desenvolvidos anteriormente e suas deficiências e o novo rumo que tomou o Decreto, com a nova equipe, que promoveu sua reformulação e revisão dentro de uma razoabilidade que não havia. Revelou que a única coisa que lhe causa estranhamento que foi colocado aqui também é que os gestores das UCs e APA Marinha, além do CBH, não puderam talvez por uma decisão governamental, ter uma atuação eficaz e efetiva dentro do grupo setorial, a ponto de poder subsidiar melhor as discussões. Considerou como sendo muito importante que o grupo setorial pudesse ser assessorado por essas pessoas. Disse saber da existência de muitos questionamentos quanto a representatividade desse grupo setorial, sendo evidente que nele existe uma predominância de representantes de setores econômicos, grupos econômicos que já tem negócios ou vastas áreas de terras. E em relação às terras, houve representação que defendeu publicamente propostas de cunho predominantemente pessoal, comprometendo a pluralidade de representação que deveria existir. Disse que corrobora com o vereador que expôs o jogo de interesses que aconteceu dentro desse grupo setorial de trabalho. Destacou pontos que precisam de ajustes nesse Decreto como sendo a existência de uma avaliação ambiental estratégica para que se dê início à implantação de medidas de adaptação quanto as mudanças climáticas, pois quem mais irá sofrer são os que não tem condições econômicas. Destacou o quanto é difícil se defender direitos difusos. Dissertou sobre a importância de se imprimir as questões econômicas, decisões ponderadas de forma que se possa viver no mundo mais plural e diverso. Com relação a questão do território, afirmou que grande parte das pessoas que nasceram no litoral norte fazem parte da etnia Caiçara. Denomina como sendo etnia Caiçara por serem estes

Página 18 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

considerados populações tradicionais, coisa que na Constituição se prevê apenas quilombolas e indígenas são considerados populações tradicionais. Questionou como poderá se conseguir que dentro do processo que essas pessoas possam escolher o tipo de desenvolvimento que querem para o território que elas vivem e como querem lidar com ele. Quando se opta em viver em Ubatuba e quando não se é Caiçara, é necessário entender que se vive em um cenário que tem paisagens, de Mata Atlântica, diferente daquele encontrado na zona urbana. E isso precisa ser entendido no processo de planejamento que tem que estar de acordo com o local no qual se vive. Para que não se mate a Mata Atlântica, que é a nossa “galinha dos ovos de ouro” tem que se encontrar saídas que ajudem a gerar empregos e na questão da renda, mas por outro lado, preservar o meio ambiente, que proporcionará uma perspectiva melhor de qualidade de vida. **Eduardo Trani**, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e coordenador dos trabalhos de revisão, destacou que se houve algum cerceamento da participação de funcionários do sistema ambiental, seja da Fundação Florestal de Ubatuba ou dos demais órgãos, disse gostaria que ficasse absolutamente claro que não ocorreu no período da revisão do Decreto que está sendo feito pelo grupo atual sob sua coordenação. Relatou que desde março de 2015, quando assumiu a coordenação, todos os funcionários do sistema participaram ativamente, entre os quais citou nominalmente, Carlão, o Diretor do Litoral Norte, o qual não somente é membro do colegiado, como também compareceu a todas as reuniões. Dos colegas da Fundação Florestal, citou Leandro, Danilo, Miguel, Rodrigo, Joana e, entre os presentes, Pedro Oliva, representante das APAS Marinhas. Ressaltou que todos esses, além de terem participado das reuniões na SMA, formularam propostas por escrito. Do mesmo modo, citou Fausto que acompanhou pela CETESB, ativamente, todas as discussões públicas, inclusive com participação nas últimas reuniões nas comunidades presentes, assim como, também participou Silas que é o representante da CBRN, grande conhecedor das questões dos biomas e do manejo agroflorestal em geral. Lembrou também da participação de Claudio do Instituto Geológico, que estuda, inclusive os casos da pesquisadora Célia Gouveia. Ratificou, portanto, que no período 2015-2016, não procede qualquer tipo de afastamento dos funcionários do processo de participação, pois sem eles, não se poderia, inclusive, caracterizar vários aspectos da pressão sobre os biomas das unidades de conservação. A conselheira **Lucia Bastos Ribeiro de Sena** disse que gostaria apenas de deixar uma mensagem um pouco mais esperançosa do que aquelas que acabara de ouvir durante a audiência. Contou que na década de 80 escolheu trabalhar na área ambiental e que atuava na área ambiental, há 30 anos. Relatou que desde a década de 80 se tenta fazer o zoneamento ecológico-econômico, que é muito difícil, trabalhoso e conflituoso, reger a vida das pessoas, o lugar onde elas moram, o que têm de propriedade e o que pretende para seu futuro. No entanto, afirmou que nunca se desistiu porque, sem dúvida nenhuma, o meio ambiente precisava de alguns instrumentos que aquela época não existia. Em 2004 após as muitas dificuldades relatadas por Beto Francini, e após vários anos de discussões conseguiu-se fazer o primeiro zoneamento ecológico-econômico do estado de São Paulo. Aquela época, era uma coisa inusitada no Brasil pois ninguém tinha tido coragem de fazer o zoneamento ecológico-econômico, em quatro municípios, com o grau de complexidade e conflito que existe no Litoral Norte, entre o ecológico e o econômico. Destacou não existir, naquela época, a nenhuma tecnologia, os desenhos dos mapas eram feitos a lápis, em parceria com a Marta. Lembrou que o Caio sabem bem a dificuldade que se teve para fazer o primeiro zoneamento. Por circunstâncias atuais, ao retornar a área de planejamento, viu que esse zoneamento, do ponto de vista tecnológico e de conteúdo de informações, está muito mais aperfeiçoado do que o primeiro. Tem-se uma base técnica substancial, importante e que as pessoas que quiserem podem ter acesso por meio do DataGeo ou acessando os links que foram encaminhados, com todas as informações utilizadas na elaboração dessa proposta. Disse que nunca será a proposta ideal de todos nós, porque lidamos com gestão de conflito, no entanto, pelas inúmeras contribuições recebidas, acredita que o trabalho terá condições de contribuir para a melhoria da vida da população, especialmente para

Página 19 de 20



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

proteção ambiental, que é o desejo de todos que trabalham há tanto tempo nisso. Revelou a satisfação de constatar que as pessoas tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões que serão, com certeza, analisadas com muita atenção e carinho. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados após a data da última audiência que ocorrerá em 04 de novembro, em São Sebastião, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, seja diretamente à Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ricardo Salles, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. **Rosana Maria Henrique e Gerson Cotrim Filiberto**, do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA lavraram e assinam a presente ata.